

Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural – SECDC

Quem somos?

A Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural (SECDC) tem, dentre suas atribuições, planejar, promover, implementar e coordenar ações para o desenvolvimento e fortalecimento da dimensão econômica da cultura brasileira em todos os segmentos da cadeia produtiva.

Compete à SECDC formular, implementar e articular linhas de financiamento para empreendimentos culturais; contribuir para a formulação e a implementação de ferramentas e modelos de negócio sustentáveis para empreendimentos culturais; instituir e apoiar ações de promoção dos bens e serviços culturais brasileiros no País e no exterior; articular e conduzir o mapeamento da economia da cultura brasileira; formular a implementação da política de amplo acesso ao livro e à leitura, além do fortalecimento das bibliotecas públicas.

A SECDC também é responsável pelas políticas para a diversidade e cidadania culturais, pela articulação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), pela coordenação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), pelo monitoramento do Plano Nacional de Cultura (PNC), pela gestão do Programa Nacional de Formação de Gestores e Conselheiros Culturais e pela Política Nacional de Cultura Viva (PNCV).

A SECDC possui, em sua estrutura, quatro unidades finalísticas: Departamento de Diversidade Cultural; Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas; Departamento do Sistema Nacional de Cultura; e Departamento de Empreendedorismo Cultural.

Nossa atuação em 2020

Em 2020, parte das ações planejadas pela SECDC, especialmente aquelas que ensejavam a realização de eventos presenciais com aglomeração de público, foi fortemente impactada pelas restrições sanitárias impostas pela pandemia da Covid-19 e precisou ser adiada ou suspensa, mas devido a adaptações foi possível realizar as seguintes entregas:

- Política Nacional de Cultura Viva - Internalização do Termo de Compromisso Cultural-TCC na Plataforma+Brasil: Descentralização de créditos para o Ministério da Economia no valor de R\$ 800.000,00.
- Política Nacional de Cultura Viva - Emissão de Certificação Simplificada a Pontos e Pontões de Cultura: Foram emitidos 241 Certificados Digitais de Pontos de Cultura, tendo impacto na solicitação do auxílio emergencial da Cultura durante o estado de calamidade pública.
- Programa IberCultura Viva-PICV: Iniciativa intergovernamental voltada para o fortalecimento das

políticas culturais de base comunitária dos países ibero-americanos e alinhada às diretrizes e objetivos da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais da Unesco (Paris, 2005).

- Promoção do acesso ao cinema no universo escolar: Ampliação de recursos no valor de R\$ 107.000,00 na parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), possibilitando a oferta das atividades do Projeto Alfabetização Audiovisual que tem como objetivo promover o acesso ao cinema no universo escolar, formar professores e produzir vídeos estudantis.
- Fortalecimento do circuito de feiras nacionais, das cadeias criativa, produtiva e mediadora do livro e do mercado editorial em suas vendas de livros em meio físico e digital, assim como da internacionalização da literatura brasileira.
- Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas (IBERBIBLIOTECAS): Foram publicados dois editais, o edital de Bolsa Internacional que selecionou uma brasileira para participar do Encontro de Bibliotecas Populares e Comunitárias, a ser realizado em Medellín (Colômbia), e a Convocatória de Ajudas que seleciona projetos para bibliotecas públicas e comunitárias e seus profissionais. Foram, ainda, realizadas ações virtuais como palestras e oficinas abertas ao público em geral, disponibilizadas nas redes sociais do Programa.
- Biblioteca Demonstrativa do Brasil: Foram realizadas ações com vistas à reabertura do prédio ao público. Elaboração de políticas de inteligência e gestão para avaliação do acervo da BDB. Foi dada continuidade à Política permanente de aquisição inteligente de acervos variados e atualizados para dar suporte aos trabalhos de pesquisas dos usuários. Houve, ainda, a implementação do Sistema de Gestão de Bibliotecas on-line Koha, ambientado na internet, que permitirá interligar bibliotecas públicas e comunitárias do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas à BDB.
- Sistema Nacional de Cultura (SNC): Construção do Sistema Nacional de Cultura com a participação de todos os estados brasileiros. Vale ressaltar que a articulação com os entes federados (estados, DF e municípios), via Sistema Nacional, foi de fundamental importância para o cumprimento da Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc) em todo o país.
- Lei Aldir Blanc: A Lei nº 14.017/2020, regulamentada por meio do Decreto nº 10.464/2020, definiu ações emergenciais destinadas ao setor cultural durante o estado de calamidade, em função da Covid-19. Ela previu o repasse de R\$ 3 bilhões a estados, municípios e ao Distrito Federal (DF) para medidas de apoio e auxílio aos trabalhadores da cultura atingidos pela pandemia.

- Plano Nacional de Cultura (PNC): Prorrogação da vigência até dezembro de 2022 e o monitoramento das metas referente ao ano de 2019, uma vez que o monitoramento é referente ao ano anterior.
- Projeto em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) para realização da “Cartografia do Artesanato Brasileiro”. O valor total da parceria é de R\$ 768.000,00 (setecentos e sessenta e oito mil reais).
- Chamamento público para a seleção de até 90 empreendedores criativos para composição da delegação brasileira na quarta edição do Mercado das Indústrias Culturais do Sul (MICSUL), que se realizaria de 26 a 29 de maio de 2020.
- O Projeto Regional de Medição dos Impactos da Covid-19 nas Indústrias Culturais e Criativas, no qual ficou evidente a importância do contínuo investimento público em sistemas de informação cultural, responsáveis pela produção de dados e indicadores específicos das atividades vinculadas à economia criativa, como forma de amparar a tomada de decisões do agente público em situações de crise como a enfrentada no atual momento.
- Emendas Parlamentares: Celebradas 105 parcerias com estados, municípios e organizações da sociedade civil, no valor total de R\$ 29,8 milhões, para apoio e fomento de

projetos culturais em âmbito nacional com recursos oriundos do orçamento impositivo/2020, visando o desenvolvimento das ações em prol da Economia Criativa e Diversidade Cultural brasileira.

O que queremos para os próximos anos?

Estimam-se vários desafios para 2021, entre eles destacam-se:

- Desenvolver ações para proteção, promoção, visibilidade e reconhecimento da diversidade cultural, com a prática à interculturalidade de expressões das Culturas Populares e Tradicionais brasileiras (Edital de Culturas Populares).
- Apoiar espaços para pesquisas, produções culturais inclusivas, iniciativas educacionais e promover o acesso à cultura para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural e Manual de orientação).
- Retomar a revisão da Instrução Normativa nº 08/2016, que regulamenta a Lei Cultura Viva nº 13.018/2014.
- Celebrar parcerias Inter federativas para seleção pública e apoio financeiro de Pontos e Pontões de Cultura, visando o fortalecimento do Pacto Federativo e desenvolvimento da cultura local.

- Modernizar a Plataforma e mapear toda a Rede Cultura Viva em âmbito nacional e internacional.
- Iniciar cronograma e descentralizar créditos ao Ministério da Economia para internalização do Termo de Compromisso Cultural - TCC na Plataforma+Brasil, visando maior transparência dos recursos públicos.
- Participar de ações intergovernamentais do Programa IberCultura Viva para valorização e articulação dos Pontos e Pontões de Cultura no exterior.
- Executar os Planos de Capacitação, Comunicação e Monitoramento da Política Nacional de Cultura Viva para melhoria na execução das parcerias, publicidade e transparência das ações.
- Criar indicadores culturais da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) para melhoria do planejamento e efetividade na gestão da política pública.
- Investir na modernização das bibliotecas promovendo digitalização de acervos e implementação das bibliotecas digitais.
- Iniciar a elaboração do novo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), previsto no art. 4º da Lei nº 13.696/2018.
- Reabrir o prédio da Biblioteca Demonstrativa do Brasil Maria da Conceição Moreira Salles e desenvolver seu projeto como biblioteca digital.
- Iniciar as tratativas para a realização do censo das bibliotecas públicas no Brasil.
- Retomar as atividades de internacionalização da literatura brasileira e as discussões sobre o mercado editorial.
- Aprovação e regulamentação da Lei do Sistema Nacional de Cultura.
- Aprovação e regulamentação da transferência de recursos fundo a fundo de cultura.
- Reformulação do Acordo de Cooperação Federativa de adesão ao SNC.
- Articulação com os entes federados (Estados, DF e Municípios) para fortalecimento dos sistemas culturais dos entes federados.
- Melhorias operacionais nas Plataformas Tecnológicas do SNC, PNC e CNPC.
- Coleta das informações do monitoramento referente ao exercício de 2020 (previsão para março/2021).
- Construção do novo Plano Nacional de Cultura.

- Realização da IV Conferência Nacional de Cultura.
- Realizar, em formato híbrido ou totalmente virtual, a segunda edição do MICBR 2021.
- Organizar e coordenar as reuniões da Comissão de Economia Criativa e Indústrias Culturais (CECIC) do Mercosul Cultural, no âmbito da Presidência Pro Tempore do Brasil junto ao Mercosul.
- Lançar o Edital de Premiação das Estações da Cidadania
- Monitorar a entrega e difundir os produtos oriundos dos TEDs com a Universidade Federal do Pará e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Monitorar a execução da Lei Aldir Blanc, bem como promover e difundir estudos sobre a política.
- Aprimorar o procedimento de recebimento, análise e aprovação de emendas parlamentares.